

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.325.150	1.396.635
1.01	Ativo Circulante	97.433	161.625
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.713	93.079
1.01.03	Contas a Receber	67.557	55.863
1.01.03.01	Clientes	67.557	55.863
1.01.03.01.01	Contas a receber	3.694	2.680
1.01.03.01.02	Contas a Receber partes relacionadas	63.863	53.183
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.726	6.603
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.148	2.395
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.289	3.685
1.01.08.03	Outros	5.289	3.685
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.01.08.03.02	Outros Créditos	1.992	388
1.02	Ativo Não Circulante	1.227.717	1.235.010
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	167.799	150.316
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	152.568	143.238
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	131.137	120.159
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	21.431	23.079
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	705	386
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	705	386
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.526	6.692
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	905	793
1.02.01.09.05	Outros créditos	190	230
1.02.01.09.06	Contas a receber com operações de derivativos	13.431	5.669
1.02.03	Imobilizado	60.119	64.900
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	51.895	54.699
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.224	10.201
1.02.04	Intangível	999.799	1.019.794
1.02.04.01	Intangíveis	999.799	1.019.794

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.325.150	1.396.635
2.01	Passivo Circulante	394.721	427.036
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.711	9.775
2.01.01.01	Obrigações Sociais	889	1.323
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.822	8.452
2.01.02	Fornecedores	21.226	21.107
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.138	20.874
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	88	233
2.01.03	Obrigações Fiscais	36.268	62.489
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.015	58.147
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	28.548	52.839
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	3.467	5.308
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.253	4.342
2.01.03.03.01	ISS a recolher	4.253	4.342
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	305.874	305.882
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	116	135
2.01.04.02	Debêntures	305.758	305.747
2.01.05	Outras Obrigações	20.800	26.595
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.210	2.157
2.01.05.02	Outros	18.590	24.438
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	8.815
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.173	1.239
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	7.231	5.755
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	10.186	7.758
2.01.05.02.07	Mútuos - partes relacionadas	0	871
2.01.06	Provisões	1.842	1.188
2.01.06.02	Outras Provisões	1.842	1.188
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	1.842	1.188
2.02	Passivo Não Circulante	603.167	738.509
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	470.496	608.273
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	127	185
2.02.01.02	Debêntures	470.369	608.088
2.02.02	Outras Obrigações	42.791	44.305
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.518	39.621
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	40.518	39.621
2.02.02.02	Outros	2.273	4.684
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.04	Obrigações com o poder concedente	0	2.253
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	549	707
2.02.03	Tributos Diferidos	51.898	52.446
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	51.898	52.446
2.02.04	Provisões	37.982	33.485
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.997	4.128
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.997	4.128
2.02.04.02	Outras Provisões	33.985	29.357
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	33.985	29.357

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03	Patrimônio Líquido	327.262	231.090
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.677	2.677
2.03.04	Reservas de Lucros	44.650	88.650
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	140.172	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	237.484	458.745	226.261	441.935
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-88.191	-166.076	-87.573	-156.448
3.02.01	Custo de Construção	-16.096	-23.416	-22.404	-32.091
3.02.02	Provisão de Manutenção	-4.554	-8.574	-3.727	-6.591
3.02.03	Depreciação e Amortização	-23.760	-45.351	-21.425	-40.866
3.02.04	Custo da Outorga	-14.177	-27.878	-13.439	-26.913
3.02.05	Serviços	-14.097	-31.229	-13.270	-23.684
3.02.06	Custo com Pessoal	-9.648	-18.903	-8.576	-17.017
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-1.992	-3.836	-2.511	-4.401
3.02.09	Outros	-3.867	-6.889	-2.221	-4.885
3.03	Resultado Bruto	149.293	292.669	138.688	285.487
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.481	-34.374	-18.077	-37.850
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.825	-34.732	-18.128	-37.901
3.04.02.01	Serviços	-6.591	-13.302	-6.248	-14.586
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-4.615	-8.845	-4.246	-8.110
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-3.988	-8.016	-4.841	-8.734
3.04.02.04	Materiais Equipamentos e Veículos	-155	-326	-161	-298
3.04.02.05	Outros	-2.476	-4.243	-2.632	-6.173
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	479	502	83	83
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-135	-144	-32	-32
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	131.812	258.295	120.611	247.637
3.06	Resultado Financeiro	-23.794	-47.151	-19.125	-38.298
3.06.01	Receitas Financeiras	8.880	24.718	3.623	8.413
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.674	-71.869	-22.748	-46.711
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	108.018	211.144	101.486	209.339
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.554	-70.972	-34.353	-71.033
3.08.01	Corrente	-36.479	-71.520	-34.934	-71.002
3.08.02	Diferido	-75	548	581	-31

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	71.464	140.172	67.133	138.306
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	71.464	140.172	67.133	138.306
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00487	0,00955	0,00457	0,00942
3.99.01.02	PN	0,00536	0,01051	0,00503	0,01037

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	71.464	140.172	67.133	138.306
4.03	Resultado Abrangente do Período	71.464	140.172	67.133	138.306

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 30/06/2015	Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	205.325	192.319
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	257.829	243.021
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido no período	140.172	138.306
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-548	31
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	1.648	1.648
6.01.01.04	Depreciação e amortização	46.873	42.120
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	144	34
6.01.01.07	Juros e variação monetária sobre debêntures e financiamentos	58.893	44.928
6.01.01.08	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	776	1.148
6.01.01.09	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	56	-99
6.01.01.10	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	8.574	6.591
6.01.01.11	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.595	1.668
6.01.01.12	Juros sobre impostos parcelados	0	2.025
6.01.01.13	Capitalização de custos de empréstimos	-5.200	-2.235
6.01.01.14	Amortização do direito de concessão	7.323	6.856
6.01.01.19	Resultado de operações com derivativos	-4.940	0
6.01.01.20	Juros sobre mútuos	2.463	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-52.504	-50.702
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.070	-29
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-10.999	1.112
6.01.02.03	Impostos a recuperar	4.877	-1.746
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros créditos	-10.978	-9.353
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	-426	1.114
6.01.02.06	Outras contas a receber	0	2.924
6.01.02.07	Fornecedores	119	-5.796
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	53	1.942
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-1.064	-1.356
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para IR e CS	66.822	67.116
6.01.02.11	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-93.043	-92.185
6.01.02.12	Realização da provisão de manutenção	-4.887	-13.120
6.01.02.13	Obrigações com o poder concedente	-2.319	-2.751
6.01.02.16	Outras contas a pagar	1.318	1.826
6.01.02.17	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-907	-400
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.364	-26.232
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-3.438	-7.179
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-20.926	-19.053
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-252.327	-288.665
6.03.02	Financiamentos e debêntures - pagamento de principal	-138.613	-109.877
6.03.03	Financiamentos e debêntures - pagamento de juros	-55.349	-34.553
6.03.05	Distribuição de dividendos e JCP	-52.815	-144.235
6.03.07	Resgates/aplicações (com reserva)	-3	0
6.03.08	Liquidação de operações com derivativos	-3.110	0
6.03.09	Mútuos com partes relacionadas - pagamentos	-2.437	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-71.366	-122.578
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	93.079	171.226
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.713	48.648

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	88.650	0	0	231.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	88.650	0	0	231.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-44.000	0	0	-44.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-44.000	0	0	-44.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	140.172	0	140.172
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.172	0	140.172
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	44.650	140.172	0	327.262

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	172.208	0	0	314.648
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	172.208	0	0	314.648
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-144.235	0	0	-144.235
5.04.06	Dividendos	0	0	-144.235	0	0	-144.235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	138.306	0	138.306
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	138.306	0	138.306
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	27.973	138.306	0	308.719

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	499.949	480.750
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	493.341	474.334
7.01.02	Outras Receitas	6.608	6.416
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-90.651	-91.750
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-40.853	-32.152
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.808	-20.916
7.02.04	Outros	-31.990	-38.682
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-8.574	-6.591
7.02.04.02	Custos de Construção	-23.416	-32.091
7.03	Valor Adicionado Bruto	409.298	389.000
7.04	Retenções	-54.196	-48.976
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.196	-48.976
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	355.102	340.024
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.718	8.413
7.06.02	Receitas Financeiras	24.718	8.413
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	379.820	348.437
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	379.820	348.437
7.08.01	Pessoal	23.707	22.687
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.301	16.018
7.08.01.02	Benefícios	5.996	5.273
7.08.01.03	F.G.T.S.	910	869
7.08.01.04	Outros	500	527
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	115.756	113.129
7.08.02.01	Federais	91.741	90.539
7.08.02.02	Estaduais	201	162
7.08.02.03	Municipais	23.814	22.428
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	100.185	74.315
7.08.03.01	Juros	71.701	46.663
7.08.03.02	Aluguéis	606	739
7.08.03.03	Outras	27.878	26.913
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	140.172	138.306
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	140.172	138.306

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais

Comentários Sobre o Desempenho - 2º trimestre 2015

As informações financeiras e operacionais descritas abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 2T14.

Principais Destaques

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 221,4 milhões (8,6%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 71,5 milhões (6,6%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 137,3 milhões (9,8%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 165,7 milhões (9,9%).

Indicadores [R\$ MM]	2ºT15	2ºT14	Var. %
Receita Líquida Operacional (*)	221,4	203,9	8,6%
EBIT Ajustado	137,3	125,1	9,8%
Margem EBIT Ajustada	62,0	61,4	+ 0,7 p.p.
EBITDA Ajustado	165,7	150,8	9,9%
Margem EBITDA Ajustada	74,8	74,0	+ 0,9 p.p.
Lucro Líquido	71,5	67,1	6,6%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid.²	2º T15	2º T14	Var. %
Veículos Equivalentes	31.862.189	31.232.446	2,0%
Veículos Leves (Eq)	17.798.531	17.138.260	3,9%
Veículos Pesados (Eq)	14.063.658	14.094.186	-0,2%

1 - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+2,0%)

O Tráfego consolidado do 2T15 registrou crescimento de +2,0% em relação ao 2T14, com efeito calendário de 1,8% sobre o ano anterior. O efeito calendário é essencialmente no mês de Junho devido à realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014.

Comentário do Desempenho

Veículos de Passeio (+3,9%)

O 2T15 teve crescimento de +3,9% sobre o mesmo período do ano anterior, com efeito calendário de 1,6% devido à Copa do Mundo, com destaque para o tráfego pendular da região metropolitana de São Paulo.

Veículos Comerciais (-0,2%)

A movimentação de veículos comerciais no 2T15 foi 0,2% menor comparada ao 2T14, com efeito calendário de 2,0% concentrado no mês de junho, devido à Copa do Mundo de 2014. Sob influência desse evento, ainda assim, o tráfego comercial registrou queda frente ao ano anterior, sendo impactado pela retração na produção industrial brasileira, cujo resultado é fortemente influenciado pela produção de veículos, o qual tem importante polo de produção de componentes na região de Sorocaba.

Reajustes de tarifas de pedágio

Vide contexto operacional.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita bruta operacional [R\$ mil]	2ºT15	2ºT14	Var. %
Receita de pedágio	239.022	219.968	8,7%
Receitas acessórias	3.347	3.205	4,4%
Receita bruta operacional total	242.369	223.173	8,6%

Receita bruta de construção [R\$ mil]	2ºT15	2ºT14	Var %
Total	16.096	22.404	-28,2%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre as principais obras realizadas na Rodovia Raposo Tavares – SP 270 foram: Implantação de contorno da cidade de São Roque e Implantação de dispositivo de retorno em nível no km 58. Já na Rodovia Castello Branco, na região de Barueri, as obras em destaques são: Extensão das marginais existentes entre os km 23+020 a 25.700 e Recuperação do pavimento rígido na marginal oeste. Tais obras visam o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez.

Comentário do Desempenho

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 2T15 cresceu 8,6% em relação ao 2T14, influenciado principalmente pelo reajuste tarifário de 2014. Conseqüentemente, o mesmo crescimento foi apresentado nos tributos incidentes sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é 8,65%.

Custos e Despesas Totais

Custos e Despesas [R\$ mil]	2ºT15	2ºT14	Var. %
Custo de Construção	16.096	22.404	-28,2%
Provisão de Manutenção	4.554	3.727	22,2%
Depreciação e Amortização	28.375	25.671	10,5%
Custos da Outorga	14.177	13.439	5,5%
Serviços de Terceiros	20.688	19.518	6,0%
Custo com pessoal	13.636	13.417	1,6%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.147	2.672	-19,6%
Outros	6.343	4.853	30,7%
Custos e Despesas Totais	106.016	105.701	0,3%

O custo total da concessionária aumentou R\$ 315 mil no 2T15, quando comparado ao mesmo período de 2014. As principais alterações estão mencionadas a seguir:

Custo de Construção: A diminuição de 28,2% no 2T15, comparado com o 2T14, é reflexo dos investimentos realizados nas rodovias Presidente Castello Branco e Rodovia Raposo Tavares, realizados conforme cronograma de contratos e mencionado nos itens acima.

Provisão de Manutenção: Neste trimestre houve um aumento de 22,2%, em comparação com o 2T14, associada à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento.

Depreciação e Amortização: Reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados pelo desempenho da receita operacional.

Serviços de Terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial das rodovias, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. No 2T15 verificou-se um aumento de 6,0% em relação ao 2T14, justificado pelos gastos em custo direto realizado no período.

Custos com Pessoal: No 2T15 houve um aumento de R\$ 219 mil em relação ao mesmo período de 2014, em função do dissídio ocorrido em abril de 2015.

Materiais, Equipamentos, Veículos e Outros: Os custos do 2T15 foram 12,8% maiores em relação ao 2T14, impactados principalmente pelo reajuste de Energia Elétrica e Franquia de Seguro.

Comentário do Desempenho**EBITDA**

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	2ºT15	2ºT14	Var. %
Lucro Líquido	71,5	67,1	6,6%
(+) IR/CS	36,6	34,4	6,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	23,8	19,1	24,9%
(+) Depreciação e Amortização	28,4	25,7	10,5%
EBITDA (a)	160,3	146,3	9,6%
Margem EBITDA (a)	67,5	64,6	+ 2,9 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	4,6	3,7	22,2%
EBITDA Ajustado	165,7	150,8	9,9%
Margem EBITDA Ajustada (d)	74,8	74,0	+ 0,9 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	2ºT15	2ºT14	Var. %
Lucro Líquido	71,5	67,1	6,6%
(+) IR/CS	36,6	34,4	6,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	23,8	19,1	24,9%
EBIT (a)	131,9	120,6	9,4%
Margem EBIT (a)	55,5	53,3	+ 2,3 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	4,6	3,7	22,2%
EBIT Ajustado	137,3	125,1	9,8%
Margem EBIT Ajustada (d)	62,0	61,4	+ 0,7 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras.

(d) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	2ºT15	2ºT14	Var. %
Despesas Financeiras	(32,7)	(22,7)	44,1 %
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(33,2)	(22,2)	49,5%
Taxas, Comissões e Outros	1,4	0,3	366,7%
Ajuste a VP da Provisão de Manut.	(0,9)	(0,8)	12,5%
Receitas Financeiras	8,9	3,6	145,1 %
Rendimento sobre aplicações Financ	2,2	2,9	-25,2%
Outras receitas financeiras	6,7	0,7	873,1%
Resultado Financeiro	(23,8)	(19,1)	24,9 %

O Resultado Financeiro do 2T15 está 24,9% superior ao 2T14, devido aos ganhos registrados com operação de Hedge.

2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	2ºT15	2ºT14	Var. %
Total de acidentes	840	924	-9,1%
Total de vítimas	580	631	-8,1%

A CCR ViaOeste trabalha para o aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias, principalmente com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, monitorando as rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, aplicação de campanhas educativas e ações de engenharia. Todas estas ações propiciaram no 2T15 uma redução no número de acidentes e vítimas em relação de 2T14, em 9,1% e 8,1%, respectivamente.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Os seguintes projetos socioculturais e esportivos foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste:

Estrada para Cidadania: Conjunto de ações de caráter educacional que visa consolidar conceitos de Educação para o Trânsito, Cidadania e Meio Ambiente, realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, para os alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, em 17 cidades no entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste.

Comentário do Desempenho

Estrada para Saúde: Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial, acuidade visual, cálculo de IMC, consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários, espaço com lavanderia e chuveiros, além de um amplo estacionamento com capacidade para 50 carretas.

Pintura Solidária: Oficinas de pintura, voltadas para instituições em geral (APAE, hospitais, creches, abrigos, etc.), tendo como objetivo a inclusão cultural e a ampliação do acesso à cultura, promovendo a igualdade e a dignidade para todos. Ao todo, seis municípios são atendidos, sendo 01 (uma) instituição beneficiada em cada cidade.

Fundação Tênis: Programa educacional esportivo com linha pedagógica na educação olímpica, desenvolvido nos valores de amizade, respeito e excelência. O projeto é realizado em escolas do município de Santana de Parnaíba.

Karatequina: O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, vídeo-game, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

Projeto Sacolona: O Sacolona é um projeto socioambiental que transforma lonas e banners que seriam descartados, em criativos produtos ecologicamente corretos, revertendo lixo em um negócio rentável. Em parceria com a Associação de Costureiras de Santana de Parnaíba, as lonas e banners são doados e a associação idealiza os produtos e viabiliza a confecção dos itens (corte e costura, comercialização e administração do negócio).

Imagem da Arte: Realiza oficinas de fotografia digital para estudantes e professores, ações de multiplicação e, posteriormente, a formatura e exposições das obras resultantes das oficinas. Barueri, Mairinque, Alumínio e São Roque (escola particular).

Rugby Cidadania: Apoio ao projeto de Rugby desenvolvido pelo Corinthians-Barueri Rugby em parceria com o Grêmio Recreativo de Barueri (GRB), órgão ligado à Secretaria de Esportes municipal. São desenvolvidas atividades com jovens segmentados em times masculinos e femininos, nas categorias M12, M14, M16 e M18.

P.A.R.T.Y – Na Direção da Vida: Programa de palestras sobre segurança viária para alunos do ensino médio de Sorocaba. A ação também contempla visitação às diversas áreas do Hospital Regional.

Teatro de Mãos Dadas: Teatro sobre segurança viária, direcionada aos alunos de ensino fundamental (5 a 7 anos). A ação é feita voluntariamente por colaboradores da empresa.

Rota da Saúde: O Programa consiste em um treinamento, no qual uma equipe de instrutores da concessionária oferece aulas de APH para profissionais da área da Saúde, como enfermeiros, condutores de ambulâncias, técnicos e auxiliares de enfermagem. O programa é realizado em parceria com as secretarias municipais de saúde.

Comentário do Desempenho

Lacre Solidário: Campanha de arrecadação de lacres de alumínio para troca por cadeiras de rodas. A campanha é realizada por colaboradores, fundos sociais e secretarias de educação.

BuZum!: O teatro itinerante leva às cidades e periferias um espetáculo que conta a história da cidade e da evolução dos meios de transportes, desde o aparecimento da roda até a influência destes transportes nas vidas das pessoas e na modernização das sociedades.

5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2015

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço da sede é na Rod. Presidente Castello Branco, S/N - KM 24 - sentido capital, lado par, conjunto norte, bairro Jardim Mutinga na cidade de Barueri, no estado de São Paulo. A controladora final da Companhia é a CCR S.A.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o trimestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, exceto os divulgados abaixo:

(i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

(ii) Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido a compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, visando a regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015 foram opostos embargos de declaração

Notas Explicativas

pela ViaOeste, pela Artesp e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, Artesp e Estado de São Paulo interpuseram recursos de Apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

(iii) Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 05 de janeiro de 2012, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado que foi celebrado, em 15 de dezembro de 2011, o TAM nº 22/2011 ao Contrato de Concessão nº 003/CR/1998 com a Artesp.

Referido TAM tinha como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A); e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPC-A).

Em 29 de junho de 2015 foi celebrado Termo de Retirratificação ao TAM celebrado, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPC-A, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no Anexo 4 do Edital de Licitação.

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio será realizado a cada dois anos (bienal), considerando-se os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico instaurado pela Artesp no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano. O primeiro de tais processos administrativos dirá respeito ao biênio compreendido entre 1º de julho 2013 e 30 de junho 2015 e deverá ser instaurado em 2015.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis,

Notas Explicativas

entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Em 05 de agosto de 2015 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITR.

3. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 297.288, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	1.563	2.483
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>20.150</u>	<u>90.596</u>
	<u>21.713</u>	<u>93.079</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,65% do CDI, equivalente a 12,57% ao ano (10,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2014).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	3.246	2.134
Receitas acessórias (b)	<u>613</u>	<u>655</u>
	3.859	2.789
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(165)</u>	<u>(109)</u>
	<u>3.694</u>	<u>2.680</u>

Notas Explicativas

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos a vencer	3.650	2.559
Créditos vencidos até 60 dias	30	105
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	14	16
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	35	24
Créditos vencidos há mais de 180 dias	130	85
	<u>3.859</u>	<u>2.789</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/04/2015 a 30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a 30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a 30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a 30/06/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	108.018	211.144	101.486	209.339
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(36.726)	(71.789)	(34.505)	(71.175)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas com brindes e associações de classe	(56)	(91)	(59)	(95)
Despesas indedutíveis	(371)	(281)	(336)	(375)
Incentivo relativo ao imposto de renda	658	1.370	454	590
Outros ajustes tributários	8	(73)	93	22
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(67)	(108)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(36.554)</u>	<u>(70.972)</u>	<u>(34.353)</u>	<u>(71.033)</u>
Impostos correntes	(36.479)	(71.520)	(34.934)	(71.002)
Impostos diferidos	(75)	548	581	(31)
	<u>(36.554)</u>	<u>(70.972)</u>	<u>(34.353)</u>	<u>(71.033)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	63.988	65.647
Provisão para participação nos resultados (PLR)	511	1.111
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.359	1.403
Custo de transação na emissão de títulos	244	232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56	37
Valor justo de operações de derivativos	5.229	-
Outros	2.486	2.309
	<u>73.873</u>	<u>70.739</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(115.659)	(121.232)
Ganhos de operações com derivativos	(2.825)	-
Valor justo de operações de derivativos	(5.239)	-
Outros	(2.048)	(1.953)
	<u>(125.771)</u>	<u>(123.185)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(51.898)</u>	<u>(52.446)</u>

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da Lei 12.973/14 (fim do RTT).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>				<u>Total</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>				
Circulante	<u>3.297</u>	<u>3.297</u>				
	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>		
Não Circulante	<u>21.431</u>	<u>23.079</u>	<u>131.137</u>	<u>120.159</u>	<u>152.568</u>	<u>143.238</u>

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo da concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas e podem ser assim demonstradas:

Notas Explicativas

	01/01/2015 a 30/06/2015						
	Transações			Saldos			
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo	Passivo		
Contas a receber				AFAC	Mútuo	Fornecedores	
Controladora							
CCR S.A. (a) (b)	-	6.092	-	-	1.724	-	953
Outras partes relacionadas							
CGMP (c)	-	-	-	62.342	-	-	-
CPC (d)	-	7.616	-	-	-	-	1.191
MSVia (e)	-	-	-	2	-	-	-
RodoAnel Oeste (e) (f)	-	-	2.463	17	-	40.518	32
Samm (g)	1.699	-	-	2.207	-	-	33
Serveng Cívilsan (h)	-	-	-	-	-	-	1
Total circulante, 30 de junho de 2015				63.863	-	-	2.210
Total não circulante, 30 de junho de 2015				705	1.724	40.518	-
Total, 30 de junho de 2015	1.699	13.708	2.463	64.568	1.724	40.518	2.210
Total, 31 de dezembro de 2014				53.569	1.724	40.492	2.157
Total, 30 de junho de 2014	955	13.504	-				

01/04/2015 a 30/06/2015

	Transações		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas Financeiras
Controladora			
CCR S.A. (a)	-	3.046	-
Outras partes relacionadas			
CPC (d)	-	3.808	-
RodoAnel Oeste (f)	-	-	1.269
Samm (g)	850	-	-
Total, 01 de abril a 30 de junho de 2015	850	6.854	1.269
Total, 01 de abril a 30 de junho de 2014	477	6.752	-

Despesas com profissionais chave da Administração

	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Remuneração (i):			(Reapresentado) (*)	(Reapresentado) (*)
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	346	695	370	872
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado	268	433	1.436	1.666
Previdência privada	19	37	17	36
Seguro de vida	1	2	1	3
	634	1.167	1.824	2.577

Notas Explicativas

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		(Reapresentado) (*)
Remuneração dos administradores	451	1.061

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social.

Na AGO realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (c) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP nº 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será calculado o pagamento principal;
- (g) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (h) Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 17 de abril de 2014 a 11 de fevereiro de 2015; e
- (i) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

Notas Explicativas**11. Ativo Imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação %	30/06/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
		Móveis e utensílios	13	4.001	(2.231)	1.770	3.896
Máquinas e equipamentos	13	35.860	(18.196)	17.664	33.944	(16.117)	17.827
Veículos	23	12.076	(5.019)	7.057	12.295	(4.734)	7.561
Instalações e edificações	6	2.130	(2.028)	102	2.130	(2.015)	115
Equipamentos operacionais	17	69.405	(44.103)	25.302	67.227	(39.889)	27.338
Imobilizado em andamento	-	8.224	-	8.224	10.201	-	10.201
		<u>131.696</u>	<u>(71.577)</u>	<u>60.119</u>	<u>129.693</u>	<u>(64.793)</u>	<u>64.900</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos em fase de instalação.

Movimentação do custo

	31/12/2014		30/06/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.896	-	(6)	111	4.001
Máquinas e equipamentos	33.944	-	(13)	1.929	35.860
Veículos	12.295	-	(1.122)	903	12.076
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Equipamentos operacionais	67.227	-	-	2.178	69.405
Imobilizado em andamento	10.201	3.858	-	(5.835)	8.224
	<u>129.693</u>	<u>3.858</u>	<u>(1.141)</u>	<u>(714)</u>	<u>131.696</u>
	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>141.102</u>	<u>7.530</u>	<u>(382)</u>	<u>297</u>	<u>148.547</u>
	<u>141.102</u>	<u>7.530</u>	<u>(382)</u>	<u>297</u>	<u>148.547</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Movimentação da depreciação

	31/12/2014		30/06/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.038)	(196)	3	-	(2.231)
Máquinas e equipamentos	(16.117)	(2.086)	5	2	(18.196)
Veículos	(4.734)	(1.274)	989	-	(5.019)
Instalações e edificações	(2.015)	(13)	-	-	(2.028)
Equipamentos operacionais	(39.889)	(4.212)	-	(2)	(44.103)
	<u>(64.793)</u>	<u>(7.781)</u>	<u>997</u>	<u>-</u>	<u>(71.577)</u>
	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	
Movimento em 2014	<u>(78.791)</u>	<u>(6.381)</u>	<u>348</u>	<u>(84.824)</u>	

Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 420 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (R\$ 351 no semestre findo em 2014). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2015 foi de 0,86% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,75% a.m. no 1º semestre de 2014.

12. Ativos Intangíveis

	Taxa média anual de amortização %	30/06/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	(*)	1.344.867	(489.718)	855.149	1.319.161	(451.359)	867.802
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	10.806	(7.904)	2.902	10.092	(7.245)	2.847
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.557	(1.285)	272	1.557	(1.211)	346
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	251.709	(110.233)	141.476	251.709	(102.910)	148.799
		<u>1.608.939</u>	<u>(609.140)</u>	<u>999.799</u>	<u>1.582.519</u>	<u>(562.725)</u>	<u>1.019.794</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2014		30/06/2015	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.319.161	25.706	-	1.344.867
Direitos de uso de sistemas informatizados	10.092	-	714	10.806
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	1.557
Direito da concessão - ágio	251.709	-	-	251.709
	<u>1.582.519</u>	<u>25.706</u>	<u>714</u>	<u>1.608.939</u>
	31/12/2013		30/06/2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>1.509.802</u>	<u>31.073</u>	<u>(297)</u>	<u>1.540.578</u>

Movimentação da amortização

	31/12/2014		30/06/2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(451.359)	(38.359)	(489.718)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(7.245)	(659)	(7.904)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.211)	(74)	(1.285)	
Direito da concessão - ágio	(102.910)	(7.323)	(110.233)	
	<u>(562.725)</u>	<u>(46.415)</u>	<u>(609.140)</u>	
	31/12/2013		30/06/2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Movimento em 2014	<u>(474.064)</u>	<u>(42.595)</u>	<u>(516.659)</u>	

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;

(b) Do montante de R\$ 1.344.867, em 30 de junho de 2015, R\$ 82.574 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário; e

Notas Explicativas

- (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.780 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (R\$ 1.884 no semestre findo em 30 de junho de 2015). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2015 foi de 0,86% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,75% a.m. no 1º semestre de 2014.

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	30/06/2015	31/12/2014
1. Alfa S.A. (Finame)	5,5% a.a.	Julho de 2017	243	302 (a)
2. Alfa S.A. (Finame)	7,0% a.a.	Maio de 2015	-	18 (a)
Total			<u>243</u>	<u>320</u>
Circulante			<u>116</u>	<u>135</u>
Não circulante			<u>127</u>	<u>185</u>

Garantias:

- (a) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2015
2016	59
2017	68
	<u>127</u>

Neste trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2015, não houve a contratação de novas operações e renegociações.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar em 30/06/2015	Vencimento final	30/06/2015	31/12/2014	
1 3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	740	-	Fevereiro de 2015	-	22.232 (d)	
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	632	Maio de 2017	356.563	444.755 (d)	
5a. Emissão Série 1	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	525	Setembro de 2017	262.026	297.357 (d)	
5a. Emissão Série 2 (c)	IPCA+5,67 % a.a.	0,3360% (b)	1.334	1.014	Setembro de 2019	157.538	149.491 (d)	
Total geral				<u>2.171</u>		<u>776.127</u>	<u>913.835</u>	
Circulante								
Debêntures							306.975	307.253
Custo de transação							(1.217)	(1.506)
							<u>305.758</u>	<u>305.747</u>
Não Circulante								
Debêntures							471.323	609.577
Custo de transação							(954)	(1.489)
							<u>470.369</u>	<u>608.088</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras

Notas Explicativas

taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

- (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 22.

Garantias:

- (d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2015</u>
2016	150.460
2017	183.144
2019	<u>137.719</u>
	<u><u>471.323</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015, ocorreu a operação abaixo descrita:

- Em 20 de fevereiro de 2015, ocorreu o pagamento da totalidade da 3ª emissão de debêntures.

15. Fornecedores

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	11.809	10.870
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	88	233
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>9.329</u>	<u>10.004</u>
	<u><u>21.226</u></u>	<u><u>21.107</u></u>

- (a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Notas Explicativas

16. Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRPJ e CSLL	28.548	52.839
ISS	4.253	4.342
COFINS	2.362	2.523
PIS	512	546
Outros	593	2.239
	<u>36.268</u>	<u>62.489</u>

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	<u>31/12/2014</u>		<u>30/06/2015</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.217	27	130	(219)	(2)	1.153
Trabalhistas e previdenciários	2.911	323	55	(313)	(132)	2.844
	<u>4.128</u>	<u>350</u>	<u>185</u>	<u>(532)</u>	<u>(134)</u>	<u>3.997</u>
	<u>31/12/2013</u>		<u>30/06/2014</u>			
Movimento em 2014	<u>2.253</u>	<u>846</u>	<u>94</u>	<u>(151)</u>	<u>(41)</u>	<u>3.001</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no semestre findo em 30 de junho de 2015, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 160 e R\$ 215, respectivamente (R\$ 59 e R\$ 190 respectivamente em 2014).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cíveis e administrativos	7.082	14.428
Trabalhistas	836	853
	<u>7.918</u>	<u>15.281</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2015 é de R\$ 1.688.

Notas Explicativas

18. Provisão de manutenção

	31/12/2014		30/06/2015			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	1.188	150	63	(4.887)	5.328	1.842
Não circulante	29.357	8.424	1.532	-	(5.328)	33.985
Total	30.545	8.574	1.595	(4.887)	-	35.827

	31/12/2013		30/06/2014			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Movimento em 2014	32.015	6.591	1.668	(13.120)	-	27.154

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14% a.a. e 12,29% respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

19. Patrimônio Líquido

a. Dividendos

Em 27 de abril de 2015, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 44.000 correspondentes a R\$ 2,9983 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 3,2981 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros, pagos em 28 de abril de 2015.

b. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Numrador				
Lucro líquido do período	71.464	140.172	67.133	138.306
De nominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00487	0,00955	0,00457	0,00942
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00536	0,01051	0,00503	0,01037

20. Receitas

	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Receitas de pedágio	239.022	469.925	219.968	442.243
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	16.096	23.416	22.404	32.091
Receitas acessórias	3.347	6.608	3.205	6.416
Receita bruta	258.465	499.949	245.577	480.750
Impostos sobre receitas	(20.981)	(41.204)	(19.316)	(38.815)
Deduções da receita bruta	(20.981)	(41.204)	(19.316)	(38.815)
Receita líquida	237.484	458.745	226.261	441.935

Notas Explicativas

21. Resultado financeiro

	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(851)	(1.595)	(761)	(1.668)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.828	5.200	1.313	2.235
Juros sobre financiamentos e debêntures	(24.592)	(49.391)	(22.219)	(44.928)
Juros sobre impostos parcelados	-	-	(1.004)	(2.025)
Juros e variações monetária sobre mútuos	(1.269)	(2.463)	-	-
Perda com operações de derivativos	(3.551)	(9.824)	-	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(196)	(289)	(77)	(325)
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(1.082)	(4.005)	-	-
Variação monetária sobre debêntures	(3.961)	(9.502)	-	-
	<u>(32.674)</u>	<u>(71.869)</u>	<u>(22.748)</u>	<u>(46.711)</u>
Receitas financeiras				
Ganho com operações de derivativos	2.601	12.048	-	-
Juros e outras receitas financeiras	525	1.127	687	1.323
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	3.559	6.721	-	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.195	4.822	2.936	7.090
	<u>8.880</u>	<u>24.718</u>	<u>3.623</u>	<u>8.413</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(23.794)</u>	<u>(47.151)</u>	<u>(19.125)</u>	<u>(38.298)</u>

22. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

	<u>30/06/2015</u>			<u>31/12/2014</u>		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	20.150	-	-	90.596	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	118	-	-	115	-	-
Contas a receber	-	3.694	-	-	2.680	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	64.568	-	-	53.569	-
Contas a receber com operações de derivativos	13.431	-	-	5.669	-	-
Passivos						
Contas a pagar com operações de derivativos	(10.186)	-	-	(7.758)	-	-
Debêntures (a)	(157.538)	-	(618.589)	(149.491)	-	(764.344)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(243)	-	-	(320)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(29.006)	-	-	(27.569)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.210)	-	-	(2.157)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(40.518)	-	-	(40.492)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)
	<u>(134.025)</u>	<u>68.262</u>	<u>(692.288)</u>	<u>(60.869)</u>	<u>56.249</u>	<u>(836.606)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

Notas Explicativas

	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	619.746	625.767	766.088	774.396

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/06/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras e conta reserva	20.268	90.711
Derivativos	3.245	(2.089)
Debêntures	(157.538)	(149.491)
	<u>(134.025)</u>	<u>(60.869)</u>

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da 2ª série da 5ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Posição	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nacional) (1)		Valores brutos contratados e liquidados				Efeito Acumulado		Resultado			
					Valor Justo		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a pagar/(pagos)		Ganho/(Perda) em resultado	
					30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67%	75.000	75.000	79.276	75.371	(1.555)	-	6.704	2.781	(5.098)	1.155		
Posição passiva				100% do CDI	-	-	(77.670)	(76.475)	-	-	-	-	-	-		
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67%	75.000	75.000	79.275	75.457	(1.555)	-	6.727	2.888	(5.088)	1.069		
Posição passiva				99,90% do CDI	-	-	(77.636)	(76.442)	-	-	-	-	-	-		
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2015					150.000	150.000	3.245	(2.089)	(3.110)	-	13.431	5.669	(10.186)	2.224		

Notas Explicativas

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente;
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Riscos de juros	<u>2.224</u>	<u>-</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	357.195	(53.051)	(66.399)	(79.779)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	262.551	(38.147)	(47.729)	(57.328)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	163.642	(24.371)	(28.180)	(31.989)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(163.640)	24.173	27.933	31.693
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	155.336	(21.177)	(26.471)	(31.764)
Total do efeito de perda				<u>(112.573)</u>	<u>(140.846)</u>	<u>(169.167)</u>
As taxas de juros consideradas foram:						
				13,64%	17,05%	20,46%
				8,84%	11,05%	13,26%

- (1) A taxa apresentada acima refere-se a taxa de 30/06/2015 divulgada pela CETIP e serviu como base para o cálculo do cenário provável. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo.
- (2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/06/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Notas Explicativas

23. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A Companhia mantém conta poupança no montante de R\$ 118 em 30 de junho de 2015 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2014), para garantia de realização de compensação ambiental, conforme previsto no contrato de concessão.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Outorga fixa	160.368	190.437	144.677	173.962

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a, compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 30 de junho de 2015, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2015	30.069	28.580
2016	60.138	55.110
2017	60.138	52.486
2018	10.023	8.501
Total	160.368	144.677

No decorrer do 1º semestre de 2015 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 30.609 (sendo R\$ 12.418 em caixa e R\$ 18.191 através de encontro de contas financeiras referente ao direito de outorga fixa (R\$ 27.884 no semestre findo em 30 de junho de 2014, sendo R\$ 12.048 em caixa e R\$ 15.836 através de encontro de contas financeiras).

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita bruta.

O saldo de outorga variável a pagar em 30 de junho de 2015 era de R\$ 1.173 (R\$ 1.239 em 31 de dezembro de 2014).

No decorrer do semestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 7.205, referente ao direito de outorga variável (R\$ 6.827 no semestre findo em 30 de junho de 2014).

Notas Explicativas

c. *Compromisso com o Poder Concedente*

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 30 de junho de 2015 esses compromissos totalizavam R\$ 566.416 (R\$ 604.312 em 31 de dezembro de 2014) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

d. *Obras a executar*

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Não circulante		
Obrigações com o Poder Concedente	-	2.253

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias para a Companhia. Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou à Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e a utilização de duas parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias Integradas do Oeste de São Paulo S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho

Contador

CRC nº1 SP 246752/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia ("ITR") e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2015.

Barueri/SP, 05 de agosto de 2015.

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia ("ITR") e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2015.

Barueri/SP, 05 de agosto de 2015.

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR